



DESTAQUES

- **COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS CONVIDAM MINISTRO DA JUSTIÇA PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS**
- **DEPUTADOS DA FRENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA APRESENTAM REQUERIMENTOS AO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**
- **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA INFORMA QUE ARMAS NÃO CADASTRADAS SERÃO CONFISCADAS**

CONGRESSO NACIONAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na terça-feira (21/03), a bancada de Segurança Pública realizou reunião com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. Na oportunidade, os parlamentares apresentaram requerimentos ao Ministro com o intuito de auxiliar as empresas de armas e munições. Dentre os pedidos, requereram a extensão do prazo de recadastramento, a liberação de equipamentos vendidos até 31/12/2023 e as emissões de CRAF.

Nesta quarta-feira (22/03), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Câmara dos Deputados, aprovou requerimentos para convidar o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, à comparecer perante a Comissão e prestar esclarecimentos sobre

a política de desarmamento da população, os atos do dia 8 de janeiro de 2023 e a ida do Ministro ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

Os requerimentos eram de convocação, mas o presidente da Comissão, Rui Falcão (PT-SP) conseguiu converter para um convite, o que torna a situação mais amigável.

Durante a sessão, alguns parlamentares, como Marcos Feliciano (PL-SP), defendiam a convocação do Ministro, mas o Deputado Rubens Pereira Junior (PT-MT) explicou a desnecessidade de convocação, já que o Ministro se comprometeu a comparecer espontaneamente no dia 28/03. Por fim, restou acordado o convite. Durante a fala, o Deputado ainda explicou que os ânimos estão amigáveis e que os próprios parlamentares da bancada da segurança pública reconheceram que as tratativas estão amigáveis. Ainda, houve proposta de que o Ministro fosse ouvido em sessão conjunta entre a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Segurança Pública e a Comissão de Fiscalização e Controle, mas os Deputados da CCJ requereram ouvir o Ministro de maneira individual em cada Comissão. O Deputado Farragem (PL-RJ) defendeu a importância de ouvir o Ministro apenas na CCJ.

Na quarta-feira (23/03), a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), da Câmara dos Deputados, aprovou o requerimento de convocação do Ministro Flávio Dino, que está prevista para acontecer no dia 11/04. Diferente da CCJ, a CSPCCO, que tem maioria de parlamentares de oposição ao atual Governo, aprovou requerimento de convocação do Ministro, mas aceitaram realizar um primeiro convite. Durante a sessão, o Deputado Alberto Fraga (PL-DF) reconheceu que o Ministro Flávio Dino tem comportamento de diálogo e que é necessário que o Ministro se pronuncie sobre a situação do mercado de armas, em especial sobre os pedidos feitos esta semana em reunião entre eles. De acordo com Fraga, a bancada tem três objetivos prioritários que são: o aumento do prazo de cadastramento, o retorno da expedição de CRAFs e que as armas vendidas até 31/12/2023 sejam liberadas.

SENADO FEDERAL

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo Senador Renan Calheiros (MDB-AL), deverá instituir grupo para tratar de controle de armas no país. Até o momento, há pouco informação a respeito do grupo, mas é cediço que o intuito será instituir novas medidas que correspondam ao período atual e que possibilitem um controle mais efetivo de armas no

Brasil. Além disso, é esperado que o grupo seja composto por membros da Comissão, das Forças Armadas e do Ministério da Justiça. Para Calheiros, o controle realizado pelo Exército não é suficiente “É sabido que esta missão, embora dada, não está sendo cumprida. Só a conferência de documentos e checagem de autenticidade dos mesmos são insuficientes para conter o belicismo e a barbárie em nosso cotidiano. Proponho um grupo de trabalho, entre essa Comissão, as Forças Armadas e o Ministério da Justiça para que essa fiscalização deixe de ser uma”.

MINISTÉRIOS

O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informou nesta semana que pretende finalizar os trabalhos do grupo e entregar a proposta de regulamentação até o final do mês de abril. De acordo com o Ministro, é necessário que haja atualização da legislação e que isso deve ser feito o mais rápido possível.

Na terça-feira (21/03), o Ministro recebeu parlamentares da bancada de segurança pública da Câmara dos Deputados e demonstrou abertura para ouvir e aceitar propostas. Além do Ministro e dos Deputados da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, a reunião contou também com a participação do secretário Nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar; do secretário de Assuntos Legislativos, Elias Vaz; e do secretário executivo do MJSP, Ricardo Capelli.

Um dos requerimentos dos parlamentares era de extensão do prazo para recadastramento de armas. Sobre isso, o Ministro Flávio Dino já manifestou algumas vezes que o prazo não será alterado, o que denota aparente dificuldade de que o pedido seja atendido.

A maior preocupação quanto ao prazo é o aviso, também do Ministro, de que as armas que não forem recadastradas serão confiscadas: “Não haverá nenhum efeito de confisco de armas que forem recadastradas, porém, sim, daquelas que não forem recadastradas. No mês de abril, quando tivermos a conclusão, as armas que não forem recadastradas estarão sujeitas à apreensão administrativa e remessa à própria Polícia Federal (PF), para que instaure os inquéritos policiais competentes relativos a essas armas”.

O Ministro já informou que 81% das armas particulares já foram recadastradas e que há menor recadastramento de armas de uso restrito, o que gera preocupação para o atual Governo.

Os debates acerca da legislação sobre armas de fogo se intensificaram nos últimos dias com a chegada do prazo final para recadastramento. Por conta disso, o Ministro deverá comparecer à Câmara dos Deputados no dia 28/03 e no dia 11/04 para prestar esclarecimentos à CCJ e à CSPCCO, respectivamente.